



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL



A serviço da coletividade!
Adm. 2017/0020

TERMO DE COLABORAÇÃO N°02/2017 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL/RS, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, DE CRISSIUMAL, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL N.° 3.534/2017.

Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Presidente Castelo Branco, n° 424, na cidade de Crissiumal -RS, inscrita no CNPJ n° 87.613.147/0001-35, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ROBERTO BERGMANN**, brasileiro, casado, portador do CPF n° 658.732.970-53 e CI n° 1045285812, residente e domiciliado à Avenida Palmeiras das Missões, n° 3268, na cidade de Crissiumal, RS, de ora em diante denominado simplesmente **CONVENIENTE**, e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**, Pessoa Jurídica de Direito Privado Interno, com sede na Rua Venancio Aires, n° 384, em Crissiumal, RS, inscrita CNPJ/MF sob n° 90.865.031/0001-06, Fone 55 3524-1184, representada neste ato por seu Presidente Sr. **ELIO LAMPERT**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG n° 7024226421, CPF n° 415.350.650-87, residente e domiciliado à Av. Vitorio De Zorzi, n° 358, nesta cidade, devidamente autorizados pela Lei Municipal n° 3.534/2017 de 14 de março de 2017, têm entre si, firme e acertado, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente Instrumento tem por objeto **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, CONFORME Plano de trabalho/ano, que prevê o atendimento de até 50(cinquenta) pessoas com deficiência e seus familiares, no serviço de proteção social especial de média complexidade, visando a inclusão à vida comunitária através da vigilância socioassistencial, proteção social, defesa e garantia dos direitos da pessoa



com deficiência, de acordo com a tipificação do serviço na Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA GESTÃO

Este Termo terá como gestor da PROPONENTE a SR.(a) Claudia Graciani Tobe Duarte, portador do CPF nº011.570.870-78, o qual se responsabiliza, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, e o CONCEDENTE nomeia o Secretário(a) Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social SR(a) Margrid Voss Bergmann, portador da RG nº 2037077134 e do CPF nº890.798.760-20, conforme portaria nº 152/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

3.1 - SÃO OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

- a) Fornecer recursos para a execução deste objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria através de visita in loco;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto e submeter a Comissão de Monitoramento e Avaliação designado por meio de portaria;
- d) Promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de trabalho em conta bancária específica indicada pela Proponente;
- e) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias á exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Crissiumal;
- g) Publicar o extrato deste instrumento por meio eletrônico e em jornal de circulação no território municipal;
- h) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela Proponente;



i) Elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de responsabilidade Fiscal.

j) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.

k) As providências a serem tomadas pela Administração Pública serão:

k.1 Advertência Verbal;

k.2 Advertência por escrito;

k.3 Suspensão de recursos até sanar as dificuldades.

l) Participar no termo com os técnicos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social que serão referências para execução do serviço.

3.2 - SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE

a) responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;

b) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

c) permitir livre acesso dos técnicos de referência do serviço pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, do Gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto as instalações da PROPONENTE;

d) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL



A serviço da coletividade!
Adm. 2017/2020

despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

e) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração municipal pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição á sua execução;

f) manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da aprovação da prestação de contas integral pelo CONCEDENTE, os documentos originais que compõem a prestação de contas,

g) identificar o número do instrumento da parceria e órgão repassador no corpo dos documentos da despesa e em seguida extrair cópia para anexar a prestação de contas a ser entregue no prazo ao concedente, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do Objeto;

h) divulgar esta parceria em seu sitio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: data de assinatura, identificação do instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados, e situação da prestação de contas da parceria, bom com atender a lei Federal nº 12.527/2011;

i) comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;

j) não praticar desvio de finalidade na aplicação de recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da



parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;

k) prestar todos os serviços, conforme Plano de trabalho anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, encargos sociais e materiais de consumo para o gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

l) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos, devendo para isso:

1.1) comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais eletrônicas ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovando por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos, e:

1.2) aplicar os recursos repassados pelo CONCEDENTE e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

1.3) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, em instituição financeira pública e determinada pela administração, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;

1.4) não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas com condição para a execução do presente objeto;

1.5) ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte, salvo se forem utilizados no objeto do plano de trabalho;

1.6) promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL



A serviço da coletividade!
Adm. 2017/2020

1.7) efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;

1.8) manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas do exercício anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

1.9 - apresentar no prazo de 60(sessenta) dias o Regulamento de Compras da organização;

m) encaminhar para Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social o Relatório de Execução Físico e Financeiro, a ser realizado mensalmente no dia 20(vinte) de cada mês, após a execução, com a relação de atendimentos conforme modelo (Anexo 1), onde conste:

m.1) a relação dos usuários atendidos no mês, contendo o NIS - Número de Identificação Social, Número do Benefício de Prestação Continuada e/ou Número do CPF do atendido ou do seu responsável legal;

m.2) se houver inclusão de novo usuário e/ou desligamento e/ou substituição deverá vir acompanhada do Parecer Técnico sobre a situação (caso houver enquadramento), cópia do encaminhamento dos serviços da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, caso for considerado demanda espontânea do credenciado ou encaminhado de outra política pública (saúde, educação, etc...) deverá ser identificada por Termo de Desligamento assinado pelo usuário/responsável legal;

n) disponibilizar a participação dos funcionários em capacitações destinadas a melhoria na execução dos serviços socioassistenciais quando solicitados e/ou indicados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

o) divulgar a marca dos serviços conforme modelo disponibilizado pelo Ministério Desenvolvimento Social e Agrário e marca do Município de Crissiumal, em todos os atos de promoção e divulgação do serviço;



- p) ceder sem ônus a Prefeitura Municipal de Crissiumal, o direito de uso de qualquer conteúdo e imagens relacionadas aos serviços fruto do apoio financeiro, salvo restrições legais;
- q) comunicar o CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pelo PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;
- r) manter equipe de referência exclusiva mediante a carga horária prevista para execução do serviço socioassistencial, conforme prevê a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social;
- s) ofertar vagas para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, inserir preferencialmente usuários/familiar encaminhadas pelas unidades desta secretaria, ressaltando que a inscrição/matricula não poderá cobrar da família beneficiada pela gratuidade qualquer taxa, contribuições espontâneas ou mensalidades, pelos atendimentos subsidiados pela parceria;
- t) enviar a relação nominal de matriculados com a identificação dos usuários em situação prioritária, com número de identificação social - NIS do cadastro único dos programas sociais, descrição da deficiência com CID, sendo que a comprovação das situações se dará por meio de instrumento técnico elaborado pela organização e entregue a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento, no prazo de 30(trinta) dias após assinatura do Termo.
- u) realizar o Plano de Atendimento Individual, para cada usuário matriculado e sua família, documento técnico que deverá ser enviado a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social no prazo de 30(trinta) dias após assinatura do Termo.

CLÁUSULA QUARTA - REGIME JURIDICO DO PESSOAL

4.1 - A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria, deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade, mediante a realização de processo seletivo simplificado.



4.2 - Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídica/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste instrumento.

CLAUSULA QUINTA - DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

5.1 - Para a Execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, no presente exercício, o Concedente transferirá a PROPONENTE, de acordo com o cronograma de execução, em até 09 (NOVE) parcelas conforme cronograma de desembolso, no valor Total de R\$ 26.460,00 (Vinte e seis mil quatrocentos e sessenta reais) para o exercício de 2017.

5.2- As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, na agência nº0306, do Banco Sicredi, na Conta Corrente nº 64992-9 e aplicado no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

6.2 - Os recursos depositados na conta bancária específica deste instrumento, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:

a) em fundo de aplicação financeira ou caderneta de poupança, ou operação de mercado aberto lastrado em título da dívida pública.



6.3 - Os pagamentos deverão ser efetuados por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), nos pagamentos realizados a pessoas físicas e/ou jurídicas, inclusive dos empregados. Excepcionalmente, poderá ser utilizada a emissão de cheque nominal a pessoas físicas e/ou jurídicas.

6.4 - Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 6.2, poderão ser utilizados pela PROPONENTE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

6.5 - A PROPONENTE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

6.6 - A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a PROPONENTE a participar de novos parceiros, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.
- d) Não apresentação dos documentos previstos neste Termo de Colaboração.



Paragrafo Único: compromete-se, ainda a PROPONENTE, a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - Prestar contas de acordo com os critérios e indicações exigidos pelo CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes, sendo prestada até o dia 20(vinte) de cada mês subsequente, para liberação da próxima parcela.

8.2 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da aprovação da prestação de contas integral, a PROPONENTE se compromete a manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLAUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

Este instrumento vigorará a contar de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017.



CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido a PROPONENTE:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;
- c) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- d) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- e) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- f) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias que não haja comprovante;
- h) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) Deixar de aplicar e ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
- j) Realizar despesas com:
 - a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
 - b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
 - c) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
 - d) Pagamento de despesas bancárias.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E DA DENUNCIA

11.1 - O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

11.2 - Constitui motivo para rescisão do Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatado pelo CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificações no Plano de trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

Parágrafo Único: Admitir-se-á modificação do Plano de trabalho com previa apreciação do CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Sistema de Controle, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O Extrato do presente Termo de Colaboração será publicado no Mural, e por meio eletrônico da CONCEDENTE e da PROPONENTE; e em jornal de circulação no território municipal de uso regular pela CONCEDENTE.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Termo de Colaboração correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08.242.0112.2.2.158 - Piso de Proteção Social Especial de Média Complexidade, meta 11.09

3.50.43 - Subvenção Social

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FÓRO

Fica eleito o Foro da Comarca de Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer controvérsia que se fundar neste instrumento que não puder ser solucionada pelas partes signatárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

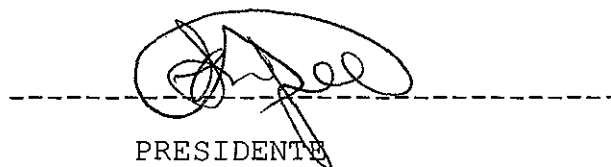
E, por estarem justas e avençadas, firma-se o presente Termo de Colaboração, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentais que a tudo participam.

Crissiumal, em 05 de Abril de 2017.



PREFEITO MUNICIPAL

MUNICIPIO DE CRISSIUMAL



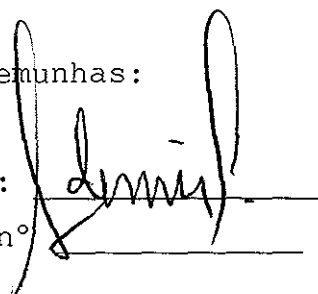
PRESIDENTE

A.P.A.E

Testemunhas:

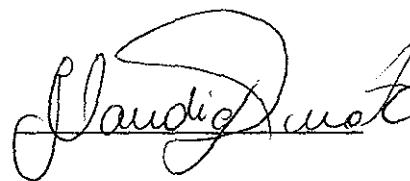
Nome:

CPF n°



Nome:

CPF n°





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL**

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

**RELATÓRIO MENSAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO POR OFERTA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

Timbre da Entidade



Obs.: Em anexo deverá ser encaminhada a relação nominal dos atendidos no mês.

A – IDENTIFICAÇÃO

Nome da Entidade:		
Número do convênio:	Número da parcela:	Mês de execução:
Objeto do convênio:		

B - PÚBLICO ALVO

Volume de indivíduos e famílias em acompanhamento	Quantidade
Indivíduos atendidos no mês de referência	
Famílias atendidas no mês de referência	
Indivíduos/famílias desligados	
Novos indivíduos inseridos no serviço, durante o mês de referência	
Novas famílias inseridas no serviço, durante o mês de referência	

Público Prioritário	Quantidade
Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais - CAD Único	
Famílias com membros beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC	
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	
Indivíduos em situação de Acolhimento	

C – PERFIL DOS USUÁRIOS

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Feminino	Masculino
Crianças de 0 à 12 anos		
Adolescente de 13 à 17 anos		
Adultos 18 à 59 anos		
Idosos a partir de 60 anos		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

D - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Atividades desenvolvidas sistematicamente pelo serviço:	Quantidade ao mês
Acolhida	
Acompanhamento e Registro dos encaminhamentos	
Articulação com a Rede Socioassistencial, com a Rede Intersetorial ou com Sistema de Direitos	
Atendimento individualizado familiar	
Atendimento individualizado usuário	
Atividades recreativas de lazer e ocupacionais	
Busca Ativa	
Concessão de Benefícios Eventuais - cesta básica, vale-transporte, outros (descrever)	
Elaboração e avaliação do Plano Desenvolvimento do usuário	
Definição de fluxos de encaminhamentos e troca de informações com o serviço de referência	
Desenvolvimento de Atividades da Vida Diária	
Desenvolvimento de Atividades da Vida Prática	
Elaboração de Relatórios de usuários e famílias e/ou Prontuários	
Encaminhamento à rede de outras políticas setoriais, a rede socioassistencial e/ou ao Sistema de Garantia de Direitos	
Encaminhamento para acesso ao BPC	
Encaminhamento para acesso de Benefícios eventuais - auxílio-natalidade, funeral e auxílio moradia, passagem intermunicipal ou interestadual	
Encaminhamento para inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais	
Grupos de familiares/Cuidadores	
Grupos de usuários	
Notificação e encaminhamentos nas situações de violação de direitos	
Orientação para atividades da vida diária	
Orientação para atividades da vida prática	
Orientação sociofamiliar	
Reunião com familiares	
Reuniões de equipe (estudo de caso, estudos sobre a Política de AS e normativas, etc.)	
Visitas domiciliares	
Outras atividades (descrever)	



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISSIUMAL**

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

E - RECURSOS HUMANOS (RH)

Quantidade de Trabalhadores do SUAS conforme Resolução CNAS nº 17/2011 e Resolução CNAS nº 09/2014:

Nome	Função	Carga horária

F - RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Descreve as informações produzidas, relatando aspectos pontuais como: objetivo, tema, data, carga horária, local, público-alvo.

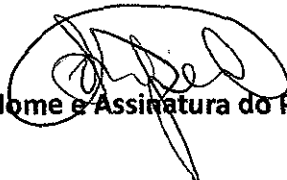
É importante que cada atividade tenha seu relato específico, contendo anexos como: fotos e lista de presença. A lista de presença deve conter Contendo o número do NIS (Número de Identificação Social) e/ou número do Benefício de Prestação Continuada, e /ou Benefício Previdenciário, e/ou o número do CPF do atendido ou do seu responsável;

G - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO NO MÊS DE REFERÊNCIA MEDIANTE OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS

Descrição avaliativa em relação ao objeto do convênio e atendimento prestado no mês.

Responsável pelas informações contidas neste relatório:

Nome e Assinatura do Responsável Técnico


Nome e Assinatura do Presidente

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PRESTAÇÃO DE CONTAS DE REPASSES / PARCERIAS
PREFEITURA DE CRISSIUMAL

I – Ofício de encaminhamento que deverá ser endereçado ao Senhor Prefeito

O ofício mencionará: Número da Parceria, Objeto e valor.

II – Demonstrativo de Receita e Despesa (modelo anexo II)

Preenchimento: Coluna receita deverá constar: Valor recebido, Rendimento de Aplicações Financeira, Contrapartida da entidade (se houver);

Coluna Despesa constará: Os totais das despesas separados por elemento de despesa, de acordo com a lei 4320/64: Ex.: 3132, 3120, 4120,

Obs: Os totais devem ser iguais na prestação de contas.

Assinaturas: Responsável pela Execução : Presidente da Entidade; Responsável pela elaboração

III – Relação de Pagamentos (modelo anexo I)

Relacionar as Despesas identificando o que foi gasto com recursos do Repasse e após o que foi gasto com recursos próprios (contrapartida)

IV – Cópia dos comprovantes de pagamentos, notas fiscais, recibos e outros relacionados nos demonstrativos;

4.1 - No corpo da via original do documento Fiscal, deve constar a identificação do Termo de Repasse (ano correspondente), através de carimbo ou escrito em letra de forma, para depois ser feita a cópia que deverá ser entregue juntamente com a prestação de contas;

V - Conciliação do saldo bancário: Deverá ser listado se houverem cheques emitidos que não foram compensados no Banco.

VI – Cópia do extrato da conta bancária específica

VII – Demonstrativo dos rendimentos da aplicação financeira, se for o caso, fornecido pelo Banco onde foi gerenciado o recurso repassado pela Prefeitura.

VIII – Cópia dos comprovantes dos processos licitatórios realizados;

IX – Ata de Aprovação pelo Conselho Fiscal da Entidade da respectiva Prestação de Contas.

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

ENTIDADE:	PARCERIA Nº
PERÍODO:	VALOR DA PARCERIA:
OBJETO:	

DOCUMENTAÇÃO:				PAGAMENTO			
FORNECEDOR	NF/FATURA	DATA	VALOR	BANCO	Nº OB	DATA	VALOR
TOTAIS							

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

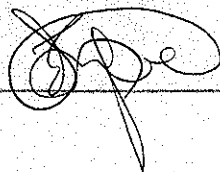
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

DEMONSTRATIVO DE RECEITA E DESPESA

ENTIDADE:	TERMO DE PARCERIA Nº
	VALOR DO REPASSE:
PERÍODO:	OBJETO:

RECEITA			DESPESA		
DATA	HISTÓRICO	VALOR	DATA	HISTÓRICO	VALOR
				TOTAL DESPESAS	
	SALDO DO PERÍODO ANTERIOR			SALDO A REPROGRAMAR	
TOTAIS					

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO



RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO